

## **A Importância da Gestão de Custos e Tributos Estaduais e Federais para a Sustentabilidade Financeira de Pequenas e Médias Empresas no Estado de São Paulo**

Adriana Polloni

Clóvis Furlanetto

Pedro Gilberto Arnaut

Sérgio da Rocha Paris

Simone Mendes Thomsen de Andrade

### **RESUMO**

A importância da gestão de custos e tributos estaduais e federais para a sustentabilidade financeira de pequenas e médias empresas (PMEs) no Estado de São Paulo se inicia com a observação de que a carga tributária brasileira é reconhecidamente complexa e onerosa. Segundo dados do Banco Mundial, o Brasil é um dos países com maior dificuldade em cumprir as obrigações tributárias, com um elevado número de horas dedicadas ao pagamento de tributos. Para as PMEs, essa realidade representa um desafio crucial para a sua sobrevivência e crescimento no mercado. A falta de um sistema simplificado e acessível que contemple as especificidades dessas empresas resulta em dificuldades de planejamento financeiro e, muitas vezes, na descontinuidade das operações. Esse contexto é agravado pela falta de conhecimento técnico e pela escassez de recursos para a contratação de especialistas, o que pode comprometer a capacidade de adaptação às constantes mudanças na legislação tributária. O presente estudo dedica-se a estudar a importância da Gestão de Custos e Tributos Estaduais e Federais para a Sustentabilidade Financeira de Pequenas e Médias Empresas no Estado de São Paulo, contribuindo para fins acadêmicos e mercadológicos.

**Palavras-chave: Gestão de Custos, Tributos, Sustentabilidade Financeira.**

### **ABSTRACT**

The importance of managing state and federal costs and taxes for the financial sustainability of small and medium-sized enterprises (SMEs) in the State of São Paulo begins with the observation that the Brazilian tax burden is known to be complex and onerous. According to data from the World Bank, Brazil is one of the countries with the greatest difficulty in complying with tax obligations, with a high number of hours dedicated to paying taxes. For SMEs, this reality represents a crucial challenge for their survival and growth in the market. The lack of a simplified

and accessible system that considers the specificities of these companies results in difficulties in financial planning and, often, in the discontinuity of operations. This context is aggravated by the lack of technical knowledge and the scarcity of resources to hire specialists, which can compromise the ability to adapt to constant changes in tax legislation. This study is dedicated to studying the importance of State and Federal Cost and Tax Management for the Financial Sustainability of Small and Medium-sized Enterprises in the State of São Paulo, contributing to academic and marketing purposes.

**Keywords: Cost Management, Taxes, Financial Sustainability.**

## INTRODUÇÃO

Estudos indicam que a má gestão tributária não se limita apenas ao pagamento de impostos, mas impacta diretamente o fluxo de caixa e a estratégia de precificação, elementos vitais para a competitividade das empresas de menor porte. Segundo Souza (2020), "as pequenas empresas, em especial, estão sujeitas a falhas recorrentes em suas gestões devido à incapacidade de alinhar o pagamento de tributos com a manutenção de sua estrutura de custos". Esse desalinhamento cria uma espiral de dificuldades, onde a margem de lucro já reduzida é corroída pela alta carga tributária e pela falta de planejamento adequado.

Ademais, a carência de uma gestão de custos efetiva, que integre tanto as despesas operacionais quanto a tributação, intensifica o problema da sustentabilidade financeira. Martins e Silva (2019) salientam que "a gestão de custos é fundamental para a saúde financeira das empresas, sendo determinante para que possam identificar gargalos e otimizar suas operações". Sem esse controle, as PMEs ficam suscetíveis a perdas financeiras significativas e, em muitos casos, à inadimplência ou ao fechamento de suas atividades.

Diante dessa realidade, o cenário tributário brasileiro impõe às PMEs desafios adicionais, destacando a importância de estratégias eficazes que possibilitem uma gestão mais precisa e integrada de seus custos e obrigações fiscais. O cenário econômico atual, marcado por crises recorrentes, acentua ainda mais essa necessidade, tornando a busca por soluções de otimização não apenas uma questão de competitividade, mas de sobrevivência. Rezende (2022) observa que "a sustentabilidade das PMEs passa pela capacidade de administrar não apenas os custos diretos de operação, mas, sobretudo, os custos invisíveis, como os tributos, que impactam diretamente na lucratividade".

Portanto, a problemática central deste estudo reside na necessidade urgente de: Compreender como a gestão de custos e a administração tributária influenciam a sustentabilidade das pequenas e médias empresas, especialmente em um contexto econômico e legislativo complexo?

A partir dessa análise, pretende-se investigar em que medida a falta de uma gestão eficaz nesses aspectos pode comprometer o desenvolvimento dessas empresas e propor alternativas que favoreçam a sua permanência e sucesso no mercado.

A justificativa para o estudo sobre a importância da gestão de custos e tributos estaduais e federais para a sustentabilidade financeira de pequenas e médias empresas (PMEs) no Estado de São Paulo está enraizada na relevância dessas empresas para a economia nacional e nas dificuldades que enfrentam em um cenário tributário complexo. As PMEs representam um setor vital para o desenvolvimento econômico e social do país, sendo responsáveis por uma parte significativa da geração de empregos e do produto interno bruto (PIB). Segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), as PMEs compõem mais de 99% das empresas no Brasil e empregam cerca de 54% da força de trabalho formal no país. Contudo, elas também são as mais suscetíveis às dificuldades financeiras, principalmente pela falta de recursos para gerenciar adequadamente seus custos e tributos.

Este estudo parte da necessidade de compreender e propor estratégias que permitam às PMEs desenvolver uma gestão financeira mais eficiente, que contemple tanto a correta alocação de custos quanto o cumprimento de suas obrigações fiscais. Gomes (2018) destaca que “a gestão ineficaz de tributos é um dos principais fatores de falência das pequenas empresas no Brasil, devido à alta complexidade do sistema tributário e à falta de capacitação em áreas técnicas”.

Dessa forma, o estudo é relevante porque busca evidenciar que, sem uma adequada gestão desses dois fatores fundamentais – custos e tributos – a sustentabilidade financeira dessas empresas fica seriamente comprometida.

Adicionalmente, o contexto tributário brasileiro, com suas frequentes alterações e multiplicidade de regimes, como Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real, exige das PMEs uma capacidade técnica que muitas vezes não possuem. Como pontua Oliveira (2019), “a carga tributária elevada e a complexidade do sistema são desafios ainda maiores para pequenas e médias empresas, que nem sempre possuem equipes especializadas para lidar com essas questões”. Nesse sentido, é essencial investigar as maneiras pelas quais essas empresas podem otimizar seus processos de gestão, com o objetivo de minimizar erros, evitar autuações fiscais e melhorar sua rentabilidade.

A gestão de custos é igualmente crucial para a sobrevivência das PMEs. Martins e Costa (2020) salientam que “a sobrevivência e o sucesso das PMEs dependem de um controle rigoroso de seus custos operacionais, que por sua vez impactam diretamente sua competitividade no mercado”. A má gestão de custos pode acarretar prejuízos significativos, principalmente em um ambiente de negócios marcado por margens de lucro reduzidas e alta competitividade.

Outro ponto que reforça a relevância deste estudo é a questão da sustentabilidade financeira das PMEs em um ambiente econômico marcado por crises recorrentes. Rezende (2021) argumenta que “a falta de um planejamento financeiro eficaz, que leve em consideração tanto os custos operacionais quanto a carga tributária, tornam as pequenas e médias empresas mais vulneráveis às oscilações do mercado”. Diante dessa realidade, a gestão eficiente de tributos e custos se revela como um fator estratégico não apenas para a sobrevivência dessas empresas, mas também para o seu crescimento e consolidação no mercado.

O objetivo geral deste estudo é analisar como a gestão de custos e a administração tributária podem influenciar diretamente a sustentabilidade financeira de pequenas e médias empresas no Estado de São Paulo, com o intuito de identificar as melhores práticas que possam ser implementadas para garantir a sobrevivência dessas organizações em um ambiente de negócios caracterizado por altos níveis de competitividade e complexidade tributária.

Para alcançar o objetivo geral proposto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: Identificar os principais desafios enfrentados pelas PMEs na gestão de custos e tributos no Estado de São Paulo, analisar a influência da carga tributária estadual e federal sobre a rentabilidade das PMEs e estudar o papel da gestão de custos na competitividade e na sustentabilidade financeira das PMEs.

A má gestão de custos é uma das principais razões para a insolvência de pequenas e médias empresas. Martins (2017) afirma que “o controle eficiente de custos não apenas melhora a rentabilidade de uma empresa, mas também possibilita que ela tenha uma maior competitividade no mercado”. Ao analisar a relação entre gestão de custos e sustentabilidade, o estudo pretende propor estratégias que possam ser implementadas para melhorar o controle financeiro das PMEs.

## **DESENVOLVIMENTO**

No cenário empresarial brasileiro, a gestão de custos e a administração tributária emergem como aspectos centrais para a sustentabilidade financeira das pequenas e médias empresas (PMEs), especialmente diante das pressões econômicas e fiscais impostas por um sistema tributário

complexo. A relevância desse tema ganha destaque, pois as PMEs enfrentam desafios particulares para se manterem competitivas e viáveis financeiramente. Segundo Horngren et al. (2016), “a administração eficaz dos custos é um fator crítico de sucesso para empresas que desejam maximizar sua lucratividade e permanecer relevantes no mercado”. A análise teórica que se segue abrange os pilares da gestão de custos, a carga tributária e a sustentabilidade financeira, contextualizando-os no universo das PMEs.

A gestão de custos é considerada uma prática essencial para a competitividade e a sobrevivência das PMEs, dado que impacta diretamente a rentabilidade e a eficiência operacional. De acordo com Horngren et al. (2016), a administração de custos é uma estratégia “vital para a maximização dos lucros e para o desenvolvimento de uma posição de mercado sustentável”. No caso das PMEs, que geralmente dispõem de recursos limitados, a capacidade de identificar, controlar e reduzir custos operacionais pode ser decisiva para sua continuidade e para a construção de uma base financeira sólida.

Em termos práticos, estudos indicam que a implementação de técnicas de controle, como a análise do ponto de equilíbrio e o custeio baseado em atividades (ABC), pode auxiliar as PMEs na alocação mais eficiente de recursos. Kaplan e Cooper (1998) destacam que o método ABC permite às empresas uma “compreensão detalhada dos custos, identificando áreas onde é possível cortar despesas sem comprometer a qualidade do produto ou serviço”. Ao adotar práticas de custeio bem estruturadas, as PMEs podem otimizar suas margens operacionais, proporcionando uma maior capacidade de investimento e inovação.

O sistema tributário brasileiro é notoriamente complexo e desafiador, especialmente para as PMEs, que nem sempre dispõem de estrutura administrativa ou financeira para lidar com suas exigências de forma eficiente. De acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT, 2021), a alta carga tributária e a multiplicidade de obrigações acessórias no Brasil representam um entrave para o desenvolvimento das pequenas empresas. Oliveira e Souza (2018) observam que “a complexidade tributária impacta diretamente as PMEs, que se veem obrigadas a direcionar recursos significativos para cumprir obrigações fiscais, muitas vezes em detrimento de outras áreas estratégicas”.

A gestão tributária deficiente ou inadequada pode levar as PMEs a uma situação de endividamento e inadimplência, agravando a vulnerabilidade financeira do negócio. Como explicam Perônico (2021) e Rezende (2020), as constantes mudanças nas normas fiscais e a falta de simplificação são fatores que elevam o custo operacional dessas empresas, dificultando sua permanência e

crescimento no mercado. A proposta de reforma tributária, ao simplificar o sistema e reduzir as distorções, surge como uma oportunidade para atenuar esses desafios e permitir que as PMEs redirecionem seus recursos para investimentos estratégicos e de expansão.

A sustentabilidade financeira, entendida como a capacidade de uma empresa manter um fluxo de caixa estável e positivo, é um dos principais indicadores da viabilidade de longo prazo das PMEs. Assaf Neto (2016) define a sustentabilidade financeira como “a capacidade da empresa de gerar recursos suficientes para cobrir suas obrigações, investir em crescimento e sustentar suas operações sem comprometer sua estrutura de capital”. Em um ambiente de mercado instável e com acesso limitado a crédito, a sustentabilidade financeira representa um desafio constante para as pequenas e médias empresas.

Para as PMEs, alcançar essa sustentabilidade exige um equilíbrio cuidadoso entre gestão de custos e controle de receitas, aliado a uma administração eficiente dos tributos. Silva e Rezende (2018) apontam que, especialmente para pequenas empresas, a sustentabilidade financeira se torna viável apenas por meio de um controle rigoroso de despesas e de uma gestão proativa das finanças. Nessa perspectiva, a capacidade de uma PME de adaptar-se às oscilações de mercado, ajustar suas margens e manter reservas financeiras para eventuais períodos de crise são características fundamentais para garantir sua sobrevivência e crescimento sustentável.

A intersecção entre a gestão de custos e a gestão tributária representa uma abordagem estratégica para a construção de um modelo de negócios sustentável e financeiramente viável para as PMEs. A literatura sobre o tema destaca que a integração dessas duas áreas possibilita uma visão holística dos fatores que impactam o desempenho financeiro, permitindo a formulação de estratégias mais eficazes. Gomes e Melo (2020) argumentam que “uma abordagem integrada entre gestão de custos e tributária facilita a alocação de recursos de maneira mais eficiente, além de reduzir o desperdício e melhorar o fluxo de caixa”.

Nesse sentido, o planejamento tributário estratégico assume papel de destaque, ao permitir que as PMEs antecipem e minimizem os impactos financeiros das obrigações fiscais. Carvalho e Alves (2021) enfatizam que “ao adotar um planejamento tributário proativo, as empresas não apenas evitam custos desnecessários, mas também reduzem o risco de sanções e aproveitam incentivos fiscais aplicáveis”. Em resumo, a integração dessas práticas permite que as PMEs alcancem um nível de eficiência que contribui para a resiliência do negócio em um ambiente caracterizado por altas cargas tributárias e competitividade acirrada.

O sistema tributário brasileiro, com suas complexidades, impõe desafios que dificultam a continuidade e o crescimento das pequenas empresas, mas a gestão eficiente de custos e a adoção de práticas de planejamento tributário se destacam como estratégias essenciais para a superação desses desafios. A partir dessa base teórica, será possível investigar de forma mais aprofundada os efeitos específicos das práticas de gestão de custos e tributação na sustentabilidade financeira das PMEs no Estado de São Paulo, abordando possíveis melhorias e adaptações que contribuam para a competitividade e o crescimento sustentável dessas empresas no mercado.

A análise de dados é uma etapa fundamental para compreender a relação entre a gestão de custos e tributos estaduais e federais e a sustentabilidade financeira de pequenas e médias empresas (PMEs) no Brasil. Tendo como base a pesquisa bibliográfica e documental, buscou-se identificar e sistematizar os principais fatores que impactam a sobrevivência e o crescimento dessas empresas no mercado nacional. Esse processo, conforme destaca Richardson (1999), permite ao pesquisador organizar as informações de maneira a “facilitar a compreensão e interpretação dos dados coletados, possibilitando conclusões mais precisas e fundamentadas sobre o fenômeno estudado”. O sistema tributário brasileiro é reconhecido como um dos mais complexos do mundo, com uma estrutura que envolve tributos federais, estaduais. Estudos recentes apontam que, para as PMEs, essa complexidade resulta em custos elevados de conformidade, o que inclui despesas com contabilidade, tecnologia, tempo dedicado ao cumprimento de obrigações fiscais e, em alguns casos, multas por falhas ou atrasos no cumprimento dessas obrigações. Guerreiro e Souza (2018) destacam que a alta carga tributária e a complexidade administrativa são dois dos principais fatores que inibem a competitividade e o desenvolvimento de PMEs no Brasil, impondo uma “sobrecarga burocrática” que afeta diretamente sua sustentabilidade financeira. A análise documental revelou que o regime Simples Nacional, criado pela Lei Complementar nº 123/2006, é uma tentativa de simplificação para as PMEs. No entanto, sua aplicação ainda apresenta desafios e limitações. Como apontam Amaral e Macedo (2020), o Simples Nacional é vantajoso em alguns aspectos, mas pode ser oneroso para empresas que ultrapassam os limites de faturamento e passam a ter que lidar com um aumento considerável na carga tributária. Essas limitações do Simples Nacional podem resultar na chamada “síndrome do crescimento”, onde as empresas evitam expandir suas operações para não saírem dos limites do regime simplificado. Gestão de Custos como Pilar da Sustentabilidade Financeira A gestão de custos é essencial para a sustentabilidade financeira das PMEs, especialmente em um ambiente econômico desafiador como o brasileiro. O estudo evidenciou que a falta de uma gestão de custos eficaz leva à perda de competitividade e à redução da margem de

lucro, comprometendo a viabilidade das empresas no longo prazo. Atkinson et al. (2012) afirmam que a gestão de custos eficiente envolve identificar, monitorar e controlar os gastos em todas as etapas produtivas, permitindo que as empresas ajustem seus preços e operações com base em dados concretos e detalhados. Os dados analisados indicam que, em muitos casos, as PMEs carecem de estrutura e conhecimento técnico para implantar métodos avançados de gestão de custos, como o custeio baseado em atividades (ABC) ou o custeio variável. Isso limita suas capacidades de identificar desperdícios e otimizar processos produtivos. O estudo de Menezes e Silva (2019) demonstra que as PMEs que adotam práticas estruturadas de controle de custos apresentam maior resiliência frente a oscilações econômicas e conseguem ajustar suas operações mais rapidamente em resposta a variações nos preços de insumos e demandas do mercado.

**Tributação Estadual e Federal: Desafios e Oportunidades para as PMEs** A análise documental apontou que a tributação estadual e federal representa uma parcela significativa dos custos das PMEs, o que frequentemente afeta sua competitividade. O ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), por exemplo, é um tributo estadual que incide sobre diversas atividades comerciais e industriais, e, em estados como São Paulo, pode chegar a valores significativos para empresas com maior volume de operações. Conforme observado por Silva e Ferreira (2021), o impacto do ICMS nas PMEs é particularmente alto em setores que dependem de insumos com alta carga tributária, prejudicando sua margem de lucro e, conseqüentemente, sua sustentabilidade financeira. Ademais, a legislação tributária é constantemente alterada, exigindo das empresas uma adaptação contínua às novas regras e alíquotas. Essa situação torna-se um desafio extra para as PMEs, que muitas vezes não possuem equipes de contabilidade e jurídico-financeiro robustas para monitorar e se adequar a essas mudanças. Duarte e Oliveira (2018) sugerem que a adoção de programas de compliance fiscal pode auxiliar as empresas a manterem-se atualizadas e em conformidade com a legislação, embora tais práticas ainda sejam raramente adotadas por pequenas empresas devido ao custo de implementação.

**A Importância da Educação e Capacitação em Gestão Tributária para PMEs** Outro fator identificado na análise é a falta de capacitação em gestão tributária entre os gestores de PMEs. Sebrae (2022) aponta que muitos empreendedores brasileiros não possuem formação específica em contabilidade ou administração, o que os leva a ter dificuldades no entendimento das obrigações fiscais e de suas implicações financeiras. Essa falta de conhecimento limita a capacidade das PMEs de planejar adequadamente suas finanças e de aproveitar possíveis benefícios fiscais. A educação em gestão tributária, portanto, surge como uma solução fundamental para reduzir o impacto da carga fiscal nas PMEs. Vieira e Santos (2020) indicam que cursos e treinamentos específicos para

empreendedores podem aumentar a consciência sobre o planejamento tributário, ajudando as empresas a maximizarem seus recursos e a evitar gastos desnecessários com multas ou perdas decorrentes de má gestão tributária. Síntese dos Resultados A análise dos dados evidencia que a sustentabilidade financeira das PMEs está diretamente ligada à sua capacidade de gerenciar custos e tributos de maneira eficiente. A pesquisa mostra que as empresas que conseguem implantar práticas estruturadas de gestão de custos e planejamento tributário apresentam melhores condições para enfrentar as pressões do ambiente econômico e a complexidade tributária. Contudo, a implementação dessas práticas ainda é limitada pela falta de recursos e conhecimento técnico adequado, especialmente em PMEs de menor porte.

A partir da análise realizada, é possível afirmar que a sustentabilidade financeira das PMEs brasileiras depende de uma combinação de fatores, incluindo simplificação tributária, capacitação dos gestores e adoção de práticas eficientes de gestão de custos. A criação de políticas públicas que ofereçam suporte às PMEs na adaptação às exigências fiscais pode representar um avanço significativo nesse sentido, promovendo um ambiente mais favorável ao crescimento e à longevidade dessas empresas.

## CONCLUSÃO

Este estudo buscou analisar a importância da gestão de custos e da tributação estadual e federal para a sustentabilidade financeira das pequenas e médias empresas (PMEs) no Brasil, destacando os desafios e as oportunidades presentes em um ambiente econômico e tributário complexo. As PMEs desempenham um papel fundamental na economia nacional, gerando empregos e contribuindo para a diversidade e dinamismo do mercado. No entanto, enfrentam obstáculos consideráveis que ameaçam sua sobrevivência, como a alta carga tributária, a complexidade burocrática e as limitações no conhecimento técnico em gestão financeira e fiscal. Esses fatores tornam a implementação de uma gestão de custos eficaz e o planejamento tributário essenciais para a competitividade e longevidade dessas empresas.

A análise revelou que o sistema tributário brasileiro impõe uma série de exigências e encargos que impactam diretamente a saúde financeira das PMEs. A multiplicidade de tributos e as frequentes alterações nas leis fiscais aumentam a complexidade do ambiente de negócios e resultam em custos significativos de conformidade. Embora o regime do Simples Nacional tenha sido criado para mitigar esses efeitos, sua aplicação nem sempre é suficiente para atender às demandas das PMEs, especialmente quando o crescimento das empresas resulta em um aumento na carga tributária e em

desafios para a manutenção da conformidade. Segundo Amaral e Macedo (2020), as limitações do Simples Nacional representam um dos principais obstáculos para as empresas que aspiram expandir suas operações, contribuindo para a chamada “síndrome do crescimento”.

A gestão de custos emerge como um componente indispensável para a sustentabilidade financeira das PMEs, pois permite que os gestores identifiquem e minimizem gastos desnecessários, aumentem a eficiência operacional e melhorem suas margens de lucro. Atkinson et al. (2012) demonstram que, ao adotar métodos estruturados de controle de custos, as empresas conseguem ajustar-se com maior agilidade às oscilações de mercado e resistir a adversidades econômicas. No entanto, o estudo também identificou que muitas PMEs carecem de estrutura e conhecimento especializado para implementar práticas sofisticadas de gestão de custos, como o custeio baseado em atividades (ABC). A falta dessa expertise limita a capacidade das empresas de otimizar seus processos e maximizar seus resultados financeiros, reforçando a necessidade de capacitação e de apoio técnico para esses empreendimentos.

Ademais, a tributação estadual e federal representa uma carga significativa que afeta a rentabilidade das PMEs, tornando essencial o planejamento tributário como forma de mitigar os impactos desses custos sobre o fluxo de caixa. O ICMS, tributo estadual que incide sobre diversas atividades econômicas, foi destacado como uma das principais fontes de pressão fiscal para as PMEs. Em estados como São Paulo, onde o tributo tem um peso expressivo, o impacto sobre a margem de lucro das empresas é ainda mais evidente. Duarte e Oliveira (2018) indicam que o planejamento tributário pode ajudar as empresas a se ajustarem às exigências fiscais e a evitarem sanções decorrentes do descumprimento das obrigações tributárias. No entanto, esse processo requer conhecimentos técnicos e acesso a informações atualizadas, que nem sempre estão ao alcance das pequenas e médias empresas.

A pesquisa também revelou que a falta de capacitação em gestão tributária é um desafio persistente. Vieira e Santos (2020) destacam que o conhecimento técnico em questões fiscais é uma ferramenta poderosa para os gestores de PMEs, permitindo que identifiquem oportunidades de economia e se adaptem de maneira mais eficiente às exigências legais. A implementação de programas de capacitação e a disponibilização de consultoria fiscal especializada para PMEs são iniciativas que poderiam contribuir para a melhoria do desempenho financeiro dessas empresas, ampliando suas chances de sucesso no mercado competitivo.

Diante da pesquisa, é possível concluir que a sustentabilidade financeira das PMEs brasileiras depende da combinação de uma gestão de custos eficiente, planejamento tributário adequado e

capacitação dos gestores em questões fiscais. As práticas de gestão de custos permitem que as empresas mantenham suas operações enxutas e lucrativas, enquanto o planejamento tributário contribui para minimizar o impacto da carga fiscal sobre o orçamento. Adicionalmente, a capacitação em gestão tributária é essencial para que os gestores possam navegar com segurança pelas complexidades do sistema tributário brasileiro.

É recomendável que políticas públicas sejam desenvolvidas para simplificar o sistema tributário e oferecer apoio às PMEs na adaptação às exigências fiscais. Incentivos para a capacitação dos gestores e para a adoção de práticas de compliance fiscal também podem representar um avanço significativo, promovendo a competitividade e a longevidade dessas empresas. Em última instância, a criação de um ambiente de negócios mais favorável ao crescimento e à sustentabilidade das PMEs pode trazer benefícios não apenas para esses empreendimentos, mas para a economia como um todo, fortalecendo a base produtiva nacional e estimulando o desenvolvimento econômico e social do país.

Este estudo contribui para a compreensão dos desafios enfrentados pelas PMEs no Brasil e destaca a importância de uma abordagem integrada que considere tanto os aspectos de gestão de custos quanto os desafios tributários. A continuidade desta pesquisa poderia incluir análises empíricas, utilizando dados financeiros de PMEs para validar as hipóteses levantadas e identificar práticas específicas que possam ser adotadas para otimizar a gestão financeira e tributária. Assim, espera-se que os resultados possam orientar futuras políticas e estratégias empresariais, promovendo um ambiente mais favorável para o crescimento e a sustentabilidade das pequenas e médias empresas brasileiras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, R. S.; MACEDO, M. C. **Tributação no Simples Nacional: limitações e desafios para a expansão das micro e pequenas empresas.** Revista Brasileira de Gestão de Negócios, v. 22, n. 1, p. 56-69, 2020.
- ARAÚJO, C. E.; RIBEIRO, J. M. **Carga tributária no Brasil e seus impactos na competitividade das PMEs.** Revista Contemporânea de Economia e Gestão, v. 9, n. 2, p. 44-63, 2021.
- ATKINSON, A. A.; KAPLAN, R. S.; YOUNG, S. M. **Contabilidade Gerencial.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

- COSTA, P. R.; SOUSA, L. T. **Gestão financeira e sustentabilidade nas PMEs: um estudo sobre desafios e práticas.** Revista de Administração Contemporânea, v. 26, n. 4, p. 193-212, 2023.
- DUARTE, A. B.; OLIVEIRA, M. R. **Planejamento tributário e sua importância para a sobrevivência das pequenas e médias empresas.** Revista de Contabilidade e Finanças, v. 29, n. 3, p. 123-138, 2018.
- GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira.** 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010.
- HORNGREN, C. T.; DATAR, S. M.; RAJAN, M. V. **Contabilidade de Custos com Ênfase Gerencial.** 14. ed. São Paulo: Pearson, 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de Empreendedorismo.** Rio de Janeiro: IBGE, 2021.
- MARION, J. C. Contabilidade Empresarial. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- MARTINS, E. **Contabilidade de Custos.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- OLIVEIRA, L. R.; GONÇALVES, E. R. **Tributação nas PMEs: impacto e estratégias de adaptação.** Revista Brasileira de Contabilidade, v. 48, n. 3, p. 67-81, 2020.
- SEBRAE. **Anuário do Trabalho nas Micro e Pequenas Empresas.** Brasília: Sebrae, 2022. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 02 nov. 2024.
- SCHMIDT, P.; FRANÇA, T. **Planejamento Tributário e Estratégia Empresarial.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2022
- VIEIRA, R.; SANTOS, M. A. M. **Gestão Tributária: estratégias e práticas para empresas.** 2. ed. São Paulo: FGV Editora, 2020.